



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: _____

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA N.º 8 DA CÂMARA MUNICIPAL DE
PENAMACOR NO DIA 18 DE ABRIL DE 2018.**

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de dois mil e dezoito, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Penamacor, presidida pelo Senhor Presidente da Câmara, António Luís Beites Soares, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Ratificação à Alteração Orçamental N.º 4/2018 e Alteração às Grandes Opções do Plano N.º 4/2018; -----
2. Inventário e Avaliação do Património; -----
3. Relatório de Gestão e Contas de Gerência de 2017; -----
4. Proposta de Suspensão da Aplicação do Plano de Saneamento Financeiro; -
5. Ratificação da Constituição de uma Comissão de Avaliação Bipartida referente ao processo de Regularização Extraordinária de Vínculos Precários; -
6. Venda de Lote G4 – Zona Industrial de Penamacor; -----
7. Apresentação e Aprovação do Mapa de Transportes Escolares para o ano letivo 2018/2019; -----
8. Aprovação de Minuta de Protocolo entre o Município de Penamacor e AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor; -----
9. Finanças Municipais. -----

Estiveram ainda presentes, para além do Senhor Presidente da Câmara Municipal António Luís Beites Soares, os Senhores Vereadores Manuel Joaquim Ribeiro Robalo, Sandra Maria Pires Vicente e Anabela Castilho Campos comigo Teresa Maria Bento Ribeiro, Técnica Superior, a secretariar. ---

O senhor vereador Domingos Manuel Bicho Torrão não compareceu à reunião por motivos pessoais, considerando-se a falta justificada. -----

O Senhor Presidente declarou aberta a reunião eram dez horas e de imediato deu início ao período de Antes da Ordem do Dia: -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Livro: ____/____/____
Folha: ____

Foi presente ao Executivo a ata da última reunião ordinária realizada em 4 de abril do ano de dois mil e dezoito, cuja fotocópia foi antecipadamente distribuída a todos os membros do executivo. -----

Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra aos Senhores Vereadores que dela quisessem usar, sendo que nenhum deles exerceu esse direito. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA. -----

1 – RATIFICAÇÃO À ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL Nº 4/2018 E ALTERAÇÃO ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO Nº 4/2018. -----

Foi presente à reunião de câmara despacho do Senhor Presidente da Câmara, de 16 de abril de 2018, que se anexa à presente ata e dela passa a fazer parte integrante. -----

No referido despacho o Senhor Presidente, usando as competências previstas no nº 3 do artigo 35º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, autorizou os Serviços de Contabilidade e Finanças a efetuarem a respetiva alteração. -----

Submetida a ratificação foi aprovada por unanimidade. -----

2 – INVENTÁRIO E AVALIAÇÃO DO PATRIMÓNIO. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Compete à Câmara Municipal, nos termos da alínea I) do artº. 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro, elaborar e aprovar o inventário de todos os bens , direitos e obrigações patrimoniais e respetiva avaliação, para posterior submissão à apreciação e votação da Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea I) do nº2 do art. 25º do mesmo diploma. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Para o efeito, serão disponibilizados os Mapas de Património onde consta todo o imobilizado da Câmara, distribuídos por Mapa Síntese por Grupo Homogéneo, Mapa de Bens Abatidos ao Inventário, Mapa de Viaturas, Mapa de Bens Incorpóreos, Mapa de Bens Imóveis, Mapa de Bens Adquiridos em Estado de Uso e Mapa Bens Partes de Capital. -----

Os mesmos serão entregues a todos os membros da Assembleia Municipal em formato digital, podendo qualquer dos membros consultar ficha mais detalhada, se assim o entender, no Gabinete de Aprovisionamento e Património, mediante prévia requisição para o efeito. -----

Assim, propõe-se que: -----

1 – Seja aprovado o inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais do Município de Penamacor, e respetiva avaliação por referencia ao ano de 2016, ao abrigo da competência prevista na alínea i) do artº. 33º da lei 75/2013, de 12 de setembro, para que seja remetido à Assembleia Municipal para apreciação. -----

2 – Seja a presente deliberação aprovada em minuta para que desde logo se torne eficaz, nos termos dos nº 3 e 4 do artº 57 da Lei 75/2013 de 12 de setembro, de modo a que possa ser o assunto remetido para apreciação na próxima sessão de Assembleia Municipal, em cumprimento do nº 2 do artº 27º do mesmo diploma” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

3 – RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS DE GERÊNCIA DE 2017. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No cumprimento da alínea j) do artigo 35.º da Lei 75/2013, de 12 de Setembro, submete-se à aprovação da Câmara Municipal os documentos de Prestação de Contas de 2017, para que possam ser submetidos à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º da citada Lei. -----



Livro: ____/____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Seja a presente deliberação aprovada em minuta para que desde logo se torne eficaz, nos termos dos nºs 3 e 4 do artigo 57º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, de modo a que possa ser o assunto remetido para apreciação na próxima sessão de Assembleia Municipal, em cumprimento do nº 2 do artigo 27º do mesmo diploma”. -----

O Senhor Presidente deu conhecimento que a execução global fixou-se em 98% para a receita e em 81% para a despesa. As receitas correntes arrecadadas em 2017 aproximaram-se de oito milhões e meio de euros, correspondendo a uma execução de 96%; As receitas de capital superaram um milhão e trezentos mil euros, correspondendo a uma taxa de execução de 119%; A execução orçamental das despesas correntes aproximou-se dos seis milhões e meio de euros, tendo registado uma execução de 89%; A execução das despesas de capital, situou-se próxima dos três milhões e trezentos mil euros, correspondendo a uma taxa de execução de 68%; A totalidade das despesas correntes foi paga com as receitas correntes arrecadadas em 2017, sendo que ainda restou um saldo de 2.034.002,45 euros. -----

Salientou a preocupação do executivo no cumprimento da Lei em não ultrapassar os limites de endividamento, conseguindo chegar ao final do exercício com uma margem absoluta de quase dez milhões de euros, que corresponde a uma margem utilizável de cerca de dois milhões de euros. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

O Relatório e Contas de Gerência de 2017 ficam arquivados em anexo à presente ata e dela fazem parte integrante. Os documentos de prestação de contas encontram-se integralmente elaborados, foram presentes à reunião e encontram-se devidamente arquivados nos Serviços de Contabilidade e Finanças e estão disponíveis para consulta, quando tal for solicitado. -----

4 – PROPOSTA DE SUSPENSÃO DA APLICAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando que: -----

A Lei do Orçamento do Estado para 2018, Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, através do disposto no n.º 4 do art.º 97º vem estabelecer as condições que os Municípios que se encontram com planos de saneamento financeiro ou de reequilíbrio financeiro em vigor podem deliberar a sua suspensão; -----

-----O n.º 4 do art.º 97 da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, estabelece que “A câmara municipal pode propor à assembleia Municipal a suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro ou de reequilíbrio financeiro se, após a aprovação dos documentos de prestação de contas, verificar que o município cumpre, a 31 de dezembro de 2017, o limite da dívida total previsto no artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.”-----O Município de Penamacor se encontra abaixo do limite da dívida total previsto no art.º 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro desde a adesão ao Saneamento Financeiro, situação que se mantém, largamente, no final de 2017. -----

-----Propõe-se que a Câmara Municipal, no uso das competências que lhe são conferidas pelo n.º 4 do art.º 97º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro e da alínea ccc) do art.º 33º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere propor à Assembleia Municipal a suspensão do plano de saneamento que se encontra em vigor desde 2015”. ----- A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

5 – RATIFICAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DE UMA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO BIPARTIDA REFERENTE AO PROCESSO DE REGULARIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE VÍNCULOS PRECÁRIOS. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____ / ____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nas autarquias locais, e consoante o que dispõe n.º 3 do artigo 2º da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, é suficiente para a aplicação do PREVPAP, uma decisão do órgão executivo, onde se reconheçam as situações de exercício de funções que correspondem a necessidades permanentes na autarquia local, e nas quais o vínculo jurídico é inadequado. -----

No entanto, e por adaptação do artigo 2 n.º 2 e n.º 5 do artigo 3º n.º 5 da Lei 112/2017, de 29 de dezembro, foi constituída a onze de Abril de dois mil e dezoito uma Comissão de Avaliação Bipartida, a qual teve como missão, a emissão de Relatório/Parecer sobre a correspondência das funções exercidas a uma necessidade permanente do órgão, serviço ou entidade onde em concreto as mesmas são desempenhadas e sobre a adequação do vínculo jurídico às funções exercidas, parecer / relatório que ora se apresenta. -----

Propõe-se a ratificação do despacho que constituiu a Comissão de Avaliação Bipartida”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

6 – VENDA DE LOTE G4 – ZONA INDUSTRIAL DE PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“No âmbito das atribuições dos municípios em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetiva populações e, designadamente, em matéria de promoção do desenvolvimento, referidas na alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, mostra-se evidente a importância que assume qualquer projeto de investimento na área do Município, no que respeita à criação de riqueza, ao aumento de competitividade e enquanto atrativo à fixação de população; -----

Ref.ª _____
Data: ____ / ____ / ____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Veio a sociedade Medronhos da Malcata – Produção de Medronho e Derivados, Lda., através da sua representante Sara Marisa Fernandes de Oliveira Nunes, apresentar "declaração de intenções" para efeitos de apreciação pelo Executivo do seu projeto de investimento, ao abrigo do disposto nos artigos 1.º e 2.º do Regulamento de Aquisição de Lotes na Zona Industrial de Penamacor, cujo processo se anexa à presente proposta. Pretende-se que o projeto de investimento, cujo objeto consistirá produção de medronho, produção de licores, produção de compotas, serviços de silvicultura e exploração florestal, seja executado no Lote G4. O lote G4 tem uma área de 1237 m² e confronta de norte Município de Penamacor, de sul com Lote G5, de nascente com Município de Penamacor e de poente com arruamento. -----

Conforme o que dispõe o artigo 7.º do Regulamento e resulta de conversão legal, a venda será feita pelo preço de € 0,05 por metro quadrado, totalizando o preço total de € 61,85 (sessenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos). -----

Assim, tendo presente o pedido da requerente instruído em conformidade com o Regulamento e considerando o interesse do investimento que se propõe realizar, bem como a criação de novos postos de trabalho, PROponho que seja deliberado: -----

1 – Dar parecer favorável à “declaração de intenções” apresentada pela requerente, nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento de Aquisição de Lotes na Zona Industrial de Penamacor e promover a notificação prevista no n.º 4 do mesmo artigo. -----

2 - Vender à sociedade Medronhos da Malcata – Produção de Medronho e Derivados, Lda., o lote G4 da Zona Industrial, com a área de 1237 m² e que confronta de norte com Município de Penamacor, de sul com Lote G5, de nascente com Município de Penamacor e de poente com arruamento, mediante escritura pública e pelo preço de € 61,85 (sessenta e um euros e oitenta e cinco cêntimos), o que corresponde ao valor de € 0,05 por metro quadrado. -----

3 – Fazer constar do contrato de compra e venda cláusula de sujeição por parte da sociedade adquirente ao Regulamento de Aquisição de Lotes na Zona

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

Industrial de Penamacor”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

7 – APRESENTAÇÃO E APROVAÇÃO DO MAPA DE TRANSPORTES ESCOLARES PARA O ANO LETIVO 2018/2019. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Nos termos do artigo 10º, nº 1 alínea a), do Decreto-Lei nº 299/84, de 11 de setembro, conjugado com a alínea gg), do nº 1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Câmara Municipal deliberar sobre a aprovação do plano de transportes escolares do município. -----

Funciona como órgão de consulta nesta matéria o CME – Conselho Municipal de Educação, conforme resulta do nº 1 do artigo 25º do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, o qual reuniu no dia 16 de abril para se pronunciar sobre o plano de transportes escolares, e de cuja reunião foi lavrada a minuta de parecer que se anexa à presente proposta. -----

A partir das conclusões e do parecer do CME é agora apresentado o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2018-2019. -----

Assim, propõe-se: -----

Que seja aprovado o plano de transportes escolares para o ano letivo de 2018-2019 de acordo com a planta em anexo e com as previsões disponíveis quanto ao número de alunos, nos termos do nº 1, alínea a) do artigo 10º do DL 299/84, de 11-9, no qual estão contemplados os circuitos que deverão ser assegurados por carreiras de transporte público e os que deverão ser assegurados por viaturas municipais ou outras”. -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

8 – PROPOSTA DE MINUTA DE PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENAMACOR E AECBP – ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DA COVILHÃ, BELMONTE E PENAMACOR. -----

Foi presente à reunião proposta subscrita pelo senhor presidente da câmara que se transcreve: -----

“Considerando as atribuições dos municípios em matéria de promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respetiva populações e, designadamente, em matéria de promoção do desenvolvimento, conforme a alínea m) do n.º 2 do artigo 23.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando as competências atribuídas à câmara municipal em matéria de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente com vista à realização de eventos de interesse para o Município e, também, em matéria de apoio a atividades e eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal, respetivamente atribuídas pelas alíneas o) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; -----

Considerando, neste enquadramento, o interesse do Município de Penamacor em apoiar a Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor na concretização do Diretório Económico da Cova da Beira – DECOBE, que esteve na base do Protocolo de Colaboração assinado em 09/05/2017 entre os municípios de Covilhã, Fundão, Belmonte e Penamacor, a AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor e a ACICF – Associação Comercial e Industrial do Concelho do Fundão; -----

Considerando, por último, que o DECOBE – Diretório Económico da Cova da Beira permite a recolha de informações sobre as empresas e instituições do concelho e da região, bem como sobre os recursos disponíveis e a caracterização de dados e indicadores específicos, devendo ser apresentadas conclusões do trabalho desenvolvido, em formato papel e/ou digital, -----

Proponho à Câmara Municipal: -----

Ref.ª _____
Data: ____/____/____



CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

1 - Que delibere, nos termos das alíneas o) e ff) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a celebração com a AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor, do Protocolo de Colaboração cuja minuta se anexa à presente proposta. -----

-

2 – Atribuir à AECBP – Associação Empresarial da Covilhã, Belmonte e Penamacor uma comparticipação financeira no valor de € 10.000,00 (dez mil euros), destinada a apoiar os custos de implementação e concretização do DECOBE e da apresentação dos seus resultados. -----

Existe cabimento orçamental para a despesa, conforme documento em anexo, e o respetivo pagamento será feito após emissão de número de compromisso válido e sequencial emitido em conformidade com a LCPA.” -----

A proposta foi aprovada por unanimidade e em minuta, nos termos dos n.ºs. 3 e 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

9 – FINANÇAS MUNICIPAIS. -----

Foi presente o original Resumo Diário da Tesouraria, assinado e rubricado, que foi arquivado à presente ata. Foram também apresentados para análise os mapas atuais do orçamento da receita acumulada de 2.784.205,76 euros e uma despesa também acumulada de 1.523.362,78 euros e depois de rubricados ficam arquivados em anexo à presente ata. -----

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. -----

O Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao público, dela tendo usado o senhor Luís Seguro que começou por questionar o senhor presidente sobre o que pensa fazer com o espólio do antigo Externato Nossa Senhora do Incenso. Em seguida, dirigiu uma saudação pela deliberação de suspensão da aplicação do plano de saneamento financeiro no município de Penamacor. -----



Livro: ____/____
Folha: _____

CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR

O Senhor Presidente agradeceu a intervenção. Considerou tratar-se de um espólio considerável, informando que o assunto está a ser tido em conta pela autarquia. -----

E não havendo mais assuntos a tratar o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião eram dez horas e quarenta minutos, e dela se lavra a presente ata que depois de lida, julgada conforme e aprovada, vai ser assinada. E eu, _____, Técnica Superior, a redigi e subscrevi. -----

A Técnica Superior

O Presidente da Câmara

Teresa Bento Ribeiro

António Luís Beites Soares